

## **Entre vulnerabilidades e extremismos: o autismo na encruzilhada entre desinformação, trauma social e radicalização online<sup>1</sup>**

Krystal Urbano<sup>2</sup>  
Universidade Federal Fluminense – UFF

### **Resumo**

Este trabalho discute o engajamento de sujeitos autistas com ideologias extremistas em ambientes digitais, não como decorrência de sua condição clínica, mas como resposta às experiências de trauma, exclusão e apagamento social. A partir de uma abordagem interdisciplinar, são articuladas as teorias da desinformação, da luta por reconhecimento e dos estudos críticos da deficiência. Argumenta-se que grupos extremistas online oferecem acolhimento simbólico e organizacional a sujeitos historicamente não reconhecidos por instituições familiares, escolares, científicas ou estatais. A análise é sustentada por revisão bibliográfica atualizada e dados empíricos da literatura internacional sobre radicalização neurodivergente, considerando os efeitos da circulação de conteúdos desinformativos sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas plataformas de redes sociais.

**Palavra-chave:** autismo; desinformação; radicalização; reconhecimento; extremismo online.

### **Introdução**

A associação entre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e discursos extremistas tem ganhado destaque em reportagens e análises públicas, frequentemente ancoradas em interpretações patologizantes ou sensacionalistas. Embora essa preocupação social não seja recente, ela tem se intensificado diante de episódios de violência protagonizados por jovens autistas, muitas vezes abordados pela mídia sob óticas reducionistas e estigmatizantes. Como argumenta McGuire (2016), o autismo é frequentemente mobilizado como metáfora de ruptura com a normalidade, o que favorece sua instrumentalização por discursos de controle, vigilância e exclusão.

Este trabalho propõe uma abordagem crítica e interdisciplinar para compreender como experiências de exclusão, apagamento institucional, trauma e desinformação digital tornam sujeitos autistas mais suscetíveis à adesão a ideologias extremistas. Em consonância com Wijekoon et al. (2024), parte-se da premissa de que a radicalização de pessoas autistas não decorre de sua condição clínica, mas da ausência de pertencimento,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no **GP Comunicação e Desinformação (03)**, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Jornalista, Doutora e Docente da área da Comunicação (PPGCOM/UFF). Pesquisadora de Pós-doutorado com bolsa Faperj Nota 10 [Processo SEI 260003/019720/2023]. Email: [krystalcortez@id.uff.br](mailto:krystalcortez@id.uff.br)

da negligência institucional e do fracasso das redes de cuidado e reconhecimento. Trata-se, portanto, de compreender como determinadas estruturas sociais produzem vulnerabilidade, ressentimento e busca por pertencimento em sujeitos neurodivergentes.

A análise fundamenta-se na teoria do reconhecimento (Fraser, 2007; Honneth, 2003), nos estudos críticos da deficiência (McGuire, 2016; Bumiller, 2008) e nas epistemologias da desinformação (Recuero, 2024; Wardle & Derakhshan, 2018), articulando dimensões comunicacionais, afetivas e simbólicas. Nesse contexto, destaca-se a noção de *weaponized autism*, proposta por Gheorghe e Clement (2024), que revela como o autismo é apropriado discursivamente por grupos extremistas como parte de uma estética política e de uma economia do ressentimento.

O artigo organiza-se em quatro eixos analíticos principais: (1) a construção simbólica do autismo e a disputa em torno de suas representações midiáticas e identitárias, incluindo sua performatização em ambientes digitais extremistas; (2) a precariedade das redes de reconhecimento social, afetivo e institucional disponíveis às pessoas autistas; (3) o ressentimento como afeto político estruturante na adesão a ideologias de exclusão; e (4) a desinformação como ecossistema narrativo que oferece explicações enganosas — mas emocionalmente eficazes — sobre o autismo, reforçando vulnerabilidades e radicalizações. Ao final, propõe-se o fortalecimento de políticas públicas comunicacionais e culturais que incorporem o reconhecimento das singularidades autistas e rompam com práticas capacitistas de invisibilização e silenciamento.

### **A construção simbólica do autismo e sua performatização em ambientes digitais extremistas**

O autismo, ao longo do tempo, foi construído simbolicamente como um marcador de desvio em relação a uma norma comunicativa, emocional e cognitiva. Essa construção não é neutra. Como destaca McGuire (2016), o autismo se tornou alvo de um “projeto cultural de normalização”, no qual ser diferente é, por definição, ser deficitário. Essa lógica transforma o sujeito autista em uma figura a ser corrigida, silenciada ou gerenciada. A violência não se manifesta apenas na exclusão direta, mas também no modo como o autismo é nomeado e representado. Bumiller (2005) reforça essa crítica ao demonstrar que, com a ascensão de discursos biomédicos, o autismo passou a ser tratado como um problema genético, despolitizando a deficiência e deslocando o debate das esferas sociais e políticas para uma abordagem essencialista.

Essa despolitização tem efeitos práticos. Quando se considera o autismo apenas como condição médica, perde-se de vista o papel das estruturas sociais na produção da exclusão. É nesse ponto que os estudos de representação ganham força. Autores como Jones, Gordon e Mizzi (2023) identificam que a presença do autismo na ficção televisiva e cinematográfica, apesar de crescente, ainda é marcada por estereótipos: o “gênio excêntrico”, o “solitário funcional”, o “incapaz eterno”. Tais representações, longe de serem inócuas, moldam a percepção pública sobre o espectro autista. Esse tipo de construção simbólica também foi identificado em outras revisões sistemáticas que apontam para a recorrência de representações simplificadas e pouco contextualizadas do autismo na ficção televisiva (Dean & Nordahl-Hansen, 2021). Atkinson, Danielson e Rogers (2024) mostram que esses estereótipos se cristalizam em séries populares, alimentando uma visão limitada e muitas vezes romantizada do autismo.

A consequência simbólica dessa representação ambígua é a abertura de espaço para sua apropriação discursiva por grupos extremistas. Gheorghe e Clement (2024) demonstram como a figura do autista – moldada pela cultura midiática como “frio, lógico, hiperracional” – é ressignificada nos fóruns da alt-right (direita alternativa) como símbolo de superioridade racional em oposição à “fraqueza emocional” de outros grupos sociais, especialmente mulheres, neurotípicos e progressistas. Essa operação simbólica, conhecida como *weaponized autism*, transforma a identidade autista em instrumento retórico e estético para sustentar discursos misóginos, autoritários e supremacistas (Silva, 2025).

Nos ambientes digitais, essa lógica se intensifica. Fóruns como 4chan e subreddits extremistas constroem um imaginário coletivo no qual o autismo é performatizado como resistência à empatia, como pureza lógica e como incapacidade emocional – características tidas como vantajosas para o “guerreiro da guerra cultural”. Trata-se de uma distorção que desloca a neurodivergência para o centro de uma batalha simbólica entre racionalidade e decadência, entre pureza e corrupção. Esse processo retira dos sujeitos autistas a complexidade de suas experiências e os reduz a arquétipos úteis à retórica do ódio.

Contudo, essa apropriação não ocorre no vácuo. Ela se ancora em representações previamente estabelecidas e circula por canais legitimados socialmente – mídia, ciência, políticas públicas. Como observam Silva e Maia (2025), o campo discursivo sobre o autismo no Brasil também é atravessado por disputas simbólicas entre diferentes atores

sociais: familiares, profissionais, militantes, políticos. Essas disputas revelam não apenas diferentes entendimentos sobre o que é ser autista, mas também diferentes projetos de sociedade.

Portanto, compreender a construção simbólica do autismo exige atenção às formas como ele é representado, apropriado e performatizado, especialmente nos ambientes digitais. Esses espaços não apenas reproduzem estigmas: eles também os reorganizam em novos sistemas de valor, produzindo formas distorcidas de reconhecimento e pertencimento que podem alimentar processos de radicalização. Tal dinâmica está em consonância com abordagens críticas que compreendem o autismo não apenas como diagnóstico clínico, mas como construção sociopolítica disputada em múltiplas arenas discursivas, inclusive as digitais (Milton & Ryan, 2022). É nesse sentido que a disputa pela narrativa do autismo se torna também uma disputa política.

### **A precariedade das redes de reconhecimento social, afetivo e institucional**

A experiência social de pessoas autistas é marcada por falhas sistemáticas de reconhecimento. A ausência de validação simbólica, afetiva e institucional não apenas compromete sua participação social plena, como fragiliza a constituição da subjetividade. A teoria do reconhecimento, desenvolvida por Axel Honneth (2003), propõe que a autoestima e a autorrealização dos sujeitos estão diretamente vinculadas ao reconhecimento mútuo em três esferas: o amor (nas relações primárias), o direito (nas instituições jurídicas) e a solidariedade (no espaço social ampliado). Quando essas dimensões falham, emerge o sentimento de desrespeito, que mina o sentimento de pertencimento e produz ressentimento.

Nancy Fraser (2009) complementa essa análise ao destacar que o reconhecimento deve ser compreendido em articulação com a redistribuição de recursos. Em sua concepção, formas de opressão cultural – como a invisibilidade ou a inferiorização simbólica – são tão graves quanto as injustiças materiais. Assim, no caso do autismo, não se trata apenas de assegurar acesso a serviços e direitos (embora isso seja urgente), mas também de reconhecer formas específicas de ser e existir como legítimas no espaço público. A ausência de reconhecimento do autismo enquanto identidade plural e complexa gera um tipo de silenciamento que contribui para a exclusão social e institucional.

Essa exclusão se manifesta desde o início da vida: diagnósticos tardios, dificuldade de acesso a laudos, escolas despreparadas, serviços de saúde insuficientes, estigmas em espaços familiares e comunitários. Ainda que existam protocolos clínicos para a avaliação e acompanhamento do TEA (Paul et al., 2014), sua aplicação encontra barreiras práticas, principalmente em contextos de escassez de recursos e desigualdade no acesso. Como demonstram McGuire (2016) e Wijekoon et al. (2024), essas falhas se acumulam ao longo do tempo, produzindo trajetórias marcadas por solidão, desconfiança institucional e retraimento social. A falta de políticas públicas voltadas ao reconhecimento das necessidades específicas da população neurodivergente contribui para um sentimento generalizado de negligência, sobretudo entre jovens adultos que já não se encaixam em políticas voltadas à infância nem encontram suporte para a vida autônoma.

Além da precariedade dos vínculos institucionais, há uma profunda ausência de espaços de escuta afetiva. Muitos sujeitos autistas relatam não serem levados a sério em suas experiências subjetivas, inclusive por profissionais da saúde, educadores e familiares. A escuta é frequentemente mediada por discursos patologizantes, que interpretam o comportamento autista como falta de empatia, desinteresse social ou “inadequação”, reforçando estigmas e apagando a legitimidade das vivências desses sujeitos. Tal cenário se configura como uma “falha de reconhecimento estrutural”, nos termos de Fraser (2009), pois não se trata de exceções, mas de um padrão de omissão e deslegitimação sistemática.

Essa desvalorização simbólica abre espaço para que outras formas de reconhecimento, ainda que distorcidas, se tornem atraentes. É nesse ponto que a radicalização pode emergir. Como apontam estudos como os de Wijekoon et al. (2024), fóruns e comunidades online oferecem aos sujeitos autistas uma estrutura discursiva que os reconhece — não como indivíduos em sofrimento, mas como identidades fortes, inteligentes e resistentes à “corrupção” social. Embora esse reconhecimento se dê por meio de narrativas violentas ou autoritárias, ele preenche uma lacuna emocional e identitária deixada pelas instituições tradicionais.

Silva e Maia (2025), ao analisarem o campo discursivo do autismo no Brasil, mostram que há uma disputa constante entre diferentes atores sociais por autoridade sobre o tema: familiares, ativistas, parlamentares, profissionais de saúde. Essa disputa não é apenas técnica, mas simbólica. Ela revela a ausência de um canal institucional claro para

escutar os próprios sujeitos autistas, que frequentemente têm sua agência negada ou mediada. Assim, o campo do reconhecimento é atravessado por relações de poder que regulam quem pode falar, quem é ouvido e que discursos são legitimados.

Portanto, pensar a radicalização de sujeitos autistas exige ir além das explicações biomédicas ou psicopatológicas. É preciso reconhecer que o terreno fértil para o engajamento em ideologias extremistas é preparado pela falta de escuta, pela invisibilização e pela carência de reconhecimento real. Investir em políticas públicas de escuta, representação e participação ativa da comunidade autista é fundamental para reverter esse cenário. O enfrentamento à radicalização, nesse sentido, passa por um esforço profundo de reconstrução dos vínculos sociais, afetivos e institucionais que sustentam o pertencimento e a dignidade.

### **O ressentimento como afeto político estruturante na adesão a ideologias de exclusão**

O ressentimento tem sido historicamente subestimado como categoria de análise política. Frequentemente confundido com mágoa ou frustração pessoal, ele é, na verdade, um sentimento socialmente estruturado e politicamente potente, especialmente em contextos de exclusão simbólica crônica. Para Axel Honneth (2003), o ressentimento emerge quando a experiência de desrespeito se torna sistemática, reiterada e sem vias legítimas de expressão ou reparação. No caso de sujeitos autistas, essa exclusão frequentemente se dá de forma silenciosa: são ignorados em suas demandas, infantilizados ou tratados exclusivamente como objetos de cuidado, e não como agentes de sua própria narrativa.

A literatura recente sobre radicalização neurodivergente tem identificado o ressentimento como um afeto político central. O estudo de Wijekoon et al. (2024) mostra que jovens autistas engajados em comunidades extremistas não o fazem apenas por influência ideológica ou por vulnerabilidade cognitiva, mas por uma busca ativa por pertencimento e escuta — ainda que em espaços marcados pela violência simbólica e discursiva. Esses sujeitos carregam uma memória emocional de rejeição institucional e interpessoal que, não sendo acolhida, é canalizada para espaços que oferecem uma espécie de reconhecimento invertido: ali, a diferença que sempre os excluiu é transformada em superioridade.

Essa dinâmica é explorada com profundidade por Gheorghe e Clement (2024), que descrevem como o ressentimento é convertido em estética política em fóruns

extremistas. A figura do autista é ressignificada nesses espaços como “arma lógica”, símbolo de pureza racional, de isolamento virtuoso e de superioridade moral frente à suposta decadência dos afetos, da empatia e da diversidade. A “frieza emocional” atribuída ao autismo é exaltada como resistência à manipulação emocional do mundo moderno. Trata-se de uma inversão retórica: aquilo que fora historicamente marca de estigma torna-se capital simbólico para a construção de uma identidade de oposição.

Não se trata de um processo passivo. O ressentimento é cultivado, elaborado e estetizado nesses ambientes. Fóruns como 4chan e outros espaços online organizam narrativas de exclusão coletiva que constroem um “nós” ressentido e agressivo, estruturado em torno da figura do inimigo: o neurotípico sensível, o feminismo, o progressismo, o sistema educacional. O ressentimento deixa de ser apenas uma reação para tornar-se motivação e identidade. É nesse ponto que o risco da radicalização se materializa: quando o sujeito encontra não só acolhimento simbólico, mas também propósito e narrativa.

Essa elaboração do ressentimento como elemento de organização política é também possível pela ausência de espaços institucionais que validem os sentimentos de exclusão experimentados por sujeitos autistas. Como argumenta McGuire (2016), a cultura da normalização não oferece linguagem nem escuta para a diferença: ela exige conformidade ou retira reconhecimento. Nesse cenário, a dor é tratada como disfunção, e não como expressão legítima de uma experiência social de violência simbólica.

Ao contrário do que sugerem discursos patologizantes, a adesão de sujeitos autistas a comunidades extremistas não é mero produto de fragilidade individual. É preciso compreender que há racionalidade e agência nesse movimento — ainda que dentro de marcos distorcidos. O ressentimento não é irracional: ele é fundado em vivências concretas de silenciamento, desprezo e invisibilidade. É por isso que fóruns extremistas, embora danosos, podem ser percebidos como “lugares seguros” por quem nunca se sentiu escutado pelas instituições formais.

Portanto, para enfrentar o engajamento extremista de sujeitos autistas, não basta pensar em estratégias de contenção ou vigilância digital. É necessário criar espaços legítimos de escuta e pertencimento, onde o ressentimento possa ser elaborado de forma construtiva, e não instrumentalizado por retóricas de ódio. Isso implica o reconhecimento do ressentimento não como patologia, mas como sintoma de falhas estruturais de reconhecimento e justiça social.

### **A desinformação como ecossistema narrativo e afetivo**

A desinformação sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) não deve ser compreendida apenas como um conjunto de conteúdos falsos ou enganosos, mas como um ecossistema narrativo que mobiliza afetos, vínculos de confiança e explicações simplificadas diante de contextos de sofrimento e incerteza. Como propõe Recuero (2024), a desinformação funciona de modo relacional: ela circula em redes de pertencimento que validam e reforçam crenças preexistentes, mesmo quando estas contrariam evidências científicas. No caso do autismo, essa dinâmica se torna ainda mais complexa, pois atua sobre uma condição marcada historicamente pela exclusão, pela invisibilização e pela carência de políticas públicas consistentes.

A fragilidade da escuta institucional e da informação oficial sobre o TEA abriu caminho para que explicações pseudocientíficas ganhassem força. Um dos marcos históricos desse processo foi a disseminação da ideia de que vacinas causariam autismo — tese fraudulenta propagada por Andrew Wakefield e amplificada por celebridades e veículos de mídia. Apesar de totalmente desmentida, essa crença continua a circular amplamente, como analisado por Mnookin (2011), devido à sua capacidade de oferecer causalidade simples e um culpado claro para uma condição que, para muitas famílias, permanece envolta em incertezas. Como destaca Oliveira (2020), a permanência dessas crenças também está relacionada à crise epistêmica contemporânea, na qual teorias da conspiração se espalham com facilidade nas plataformas digitais diante da desconfiança em relação à ciência institucional. Além disso, estudos apontam que desinformações como essa impactaram diretamente políticas públicas relacionadas ao autismo, dificultando a formulação de estratégias baseadas em evidências (Keenan & Dillenburg, 2018).

Estudos recentes mostram que essa matriz conspiratória se atualiza constantemente. Silva et al. (2025), ao investigar comunidades no Telegram, identificaram mais de 300 conteúdos desinformativos sobre o autismo, divididos entre supostas causas e curas. O volume e a intensidade dessas publicações revelam não apenas a força da desinformação, mas sua função emocional: oferecer conforto, sentido e esperança em contextos de vulnerabilidade. Trata-se de um verdadeiro “mercado do desespero”, em que influenciadores, curandeiros e ativistas desinformados se colocam

como alternativas ao fracasso do Estado em garantir cuidado, diagnóstico e apoio continuado.

Essa ecologia desinformativa é potencializada por mecanismos cognitivos e culturais que favorecem a adesão a teorias conspiratórias. Andrade (2020) argumenta que a crença em conspirações médicas encontra base em padrões universais de cognição, como a tendência à simplificação causal, a busca por controle diante da incerteza e a desconfiança institucional. No caso do autismo, esses fatores se combinam à sobrecarga emocional de familiares e à ausência de espaços públicos qualificados de escuta, criando o terreno ideal para que narrativas enganosas sejam não apenas aceitas, mas defendidas com veemência.

A desinformação, portanto, não deve ser vista como erro ou ignorância, mas como narrativa funcional. Ela organiza o mundo, dá sentido à dor e oferece pertencimento simbólico — ainda que a um custo elevado. É nesse ponto que sua articulação com o extremismo se revela mais evidente. Como mostram Gheorghe e Clement (2024), fóruns de incels, canais de extrema-direita e grupos conspiratórios se apropriam do imaginário sobre o autismo para construir identidades coletivas estruturadas na lógica da exclusão. A figura do “autista lógico e frio” é glorificada como símbolo de resistência à decadência cultural e à fragilidade emocional do “outro” — a mulher, o neurotípico, o progressista.

Essa operação simbólica transforma o autismo em capital discursivo dentro de comunidades extremistas. O sujeito autista é interpelado como guerreiro simbólico, dotado de razão pura, insensibilidade estratégica e capacidade de foco — qualidades transformadas em armas para um projeto de pureza ideológica. A desinformação, nesse contexto, não apenas explica o mundo: ela o organiza politicamente. É uma tecnologia de identidade e uma ferramenta de radicalização.

Frente a esse cenário, combater a desinformação requer mais do que corrigir fatos ou remover conteúdos. É necessário disputar sentidos, oferecer explicações mais complexas, construir canais legítimos de escuta e promover políticas comunicacionais inclusivas. Trata-se de reconhecer que a verdade factual, por si só, não é suficiente para romper com sistemas narrativos que oferecem sentido, acolhimento e pertencimento. O enfrentamento à desinformação é, portanto, também uma disputa por imaginação simbólica e justiça afetiva.

## **Apontamentos finais**

A associação entre autismo e radicalização deve ser entendida à luz da exclusão institucional, do silenciamento simbólico e da ausência de pertencimento. O combate a esse fenômeno exige ações objetivas: (1) fortalecer políticas públicas de comunicação que incluam representações plurais da neurodivergência; (2) promover campanhas de escuta ativa e acolhimento nas escolas, famílias e serviços de saúde; (3) enfrentar a desinformação com ações educativas baseadas em evidências; e (4) garantir participação ativa de pessoas autistas na formulação de políticas que as envolvam. Essas medidas articulam reconhecimento, cuidado e prevenção à radicalização por vias não punitivas.

As plataformas digitais, por sua vez, precisam ser responsabilizadas pelo papel que desempenham na disseminação de conteúdos desinformativos e discursos de ódio. É fundamental que políticas de moderação sejam aperfeiçoadas com base em critérios de justiça social e direitos humanos, considerando os efeitos específicos dessas dinâmicas sobre populações vulnerabilizadas. Mais do que remoção de conteúdo, é preciso construir ambientes digitais que favoreçam o respeito à diferença e o reconhecimento da neurodivergência como expressão legítima da diversidade humana.

## Referências

ANDRADE, G. Medical conspiracy theories: cognitive science and implications for ethics. *Medicine, Health Care and Philosophy*, [s.l.], v. 23, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11019-020-09951-6>. Acesso em: 19 jun. 2025.

ATKINSON, V. S.; DANIELSON, E.; ROGERS, O. Stereotypes on the small screen: applying a media rating tool to portrayals of autism in television series 2010–2019. *Disability Studies Quarterly*, v. 43, n. 4, 2024. Disponível em: <https://dsq.sds.org/index.php/dsq/article/view/8258/8183>. Acesso em: 19 jun. 2025.

BUMILLER, K. Quirky citizens: autism and the anti-normalization of politics. *Public Culture*, v. 13, n. 3, p. 333–356, 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/229002647>. Acesso em: 19 jun. 2025.

DEAN, M.; NORDAHL-HANSEN, A. A review of research studying film and television representations of ASD. *Review Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 9, p. 470–479, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40489-021-00273-8>. Acesso em: 19 jun. 2025.

FRASER, N. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. *Lua Nova*, São Paulo, n. 77, p. 11–39, 2009.

GHEORGHE, R. M.; CLEMENT, D. Y. Weaponized autism: making sense of violent internalized ableism in online incel communities. *Deviant Behavior*, v. 45, n. 6, p. 896–910, 2024. DOI: 10.1080/01639625.2023.2268253.

---

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Trad. L. Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

JONES, S. C.; GORDON, C. S.; MIZZI, S. Representation of autism in fictional media: a systematic review of media content and its impact on viewer knowledge and understanding of autism. *Autism*, v. 27, n. 8, p. 2205–2217, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/13623613231155770>. Acesso em: 19 jun. 2025.

KEENAN, M.; DILLENBURGER, K. How ‘Fake News’ Affects Autism Policy. *Societies*, v. 8, n. 2, p. 29, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/soc8020029>. Acesso em: 19 jun. 2025.

MCGUIRE, A. *War on autism: on the cultural logic of normative violence*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2016.

MILTON, D.; RYAN, S. (orgs.). *The Routledge International Handbook of Critical Autism Studies*. London: Routledge, 2022.

MNOOKIN, S. *The panic virus: a true story of medicine, science, and fear*. 1st ed. New York: Simon & Schuster, 2011.

OLIVEIRA, T. Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: circulação de teorias da conspiração nas plataformas de mídias sociais. *Fronteiras – Estudos Midiáticos*, São Leopoldo, v. 22, n. 1, p. 34–50, maio 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.03>. Acesso em: 19 jun. 2025.

PAUL, R. et al. *Handbook of Autism and Pervasive Developmental Disorders: Volume 2: Assessment, Interventions, and Policy*. 4. ed. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons, 2014.

RECUERO, R. *A rede da desinformação: sistemas, estruturas e dinâmicas nas plataformas de mídias sociais*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2024.

SILVA, E. C. M. et al. Disinformation about autism in Latin America and the Caribbean: mapping 150 false causes and 150 false cures of ASD in conspiracy theory communities on Telegram. 2025. [Pré-print].

SILVA, F. G. A.; MAIA, R. C. M. Quando a representação política é também uma luta por reconhecimento: aproximações teóricas a partir do contexto do autismo no Brasil. Trabalho apresentado no 34º Encontro Anual da Compós. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2025.

SILVA, H. M. The complex intersection between autism, prejudice and the LGBTQIA+ movement: an analysis of an excerpt from the series "The Good Doctor". *Journal of Homosexuality*, 2025. DOI: 10.1080/00918369.2025.2460974.

WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. *Information Disorder: Toward an Interdisciplinary Framework for Research and Policy Making*. Paris: UNESCO, 2018.

WIJEKOON, S. et al. et al. Neurodivergence and the rabbit hole of extremism: uncovering lived experience. *Autism in Adulthood*, v. 0, n. 0, 2024. DOI: 10.1089/aut.2023.0192.